



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de junho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
  2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 34 e 35, relativas aos dias 15 e 22 de junho;*
  3. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 228/XIII/1.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a promoção de apoio estruturado aos cuidadores informais, bem como a criação do Estatuto do Cuidador Informal; Projeto de Resolução n.º 304/XIII/1.ª (PCP) - Pelo reforço dos apoios aos cuidadores informais; Projeto de Resolução n.º 306/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a criação do Estatuto do Cuidador Informal; Projeto de Resolução n.º 308/XIII/1.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas de apoio aos Cuidadores Informais e a aprovação do seu Estatuto; Projeto de Resolução n.º 310/XIII/1.ª (BE) - Cria o Estatuto do Cuidador Informal;*
  4. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 138/XIII/1.ª (PCP) - Pela melhoria da qualidade do serviço prestado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo e do Projeto de Resolução n.º 253/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo o reforço do Contro Hospitalar do Médio Tejo.*
  5. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 383/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo o reforço e investimento no Hospital Santa Luzia de Elvas;*
  6. *Discussão e votação do Requerimento do PSD, que solicita Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve e dos Diretores de Departamento do Centro Hospitalar: Dra. Ana Lopes, Carlos Godinho, David Estevens, João Ildefonso, Pedro Leão Neves e Ulisses Brito, e do Requerimento do PS, que solicita Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional do Algarve, I.P., para esclarecimentos sobre a atual situação dos cuidados de saúde na região do Algarve;*
  7. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 57/XIII/1.ª - Solicita que o dia 15 de outubro seja reconhecido como «Dia Nacional de sensibilização da perda gestacional» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela;*
  8. *Outros assuntos.*
- 11:00 *Audição do Diretor Geral da ADSE, a requerimento do PSD e do BE, na sequência do «Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas».*

---

#### 1. - Informações

O Presidente informou que a Petição n.º 126/XIII/1.ª, «Pelo direito a uma saúde sem IVA» foi distribuída à COFMA com conexão à Comissão de Saúde e pela grelha de distribuição cabe ao PS elaborar o respetivo parecer, que indicará o Deputado posteriormente. Foi distribuído ao BE o Projeto de Lei n.º 269 (PAN) que



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 1.ª SL

«Altera a composição do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida», ao BE, cujo Deputado será indicado posteriormente. Foi pedida pronúncia pela Comissão de Agricultura e Mar do Projeto de Lei n.º 270 (PAN) que «Cria o Conselho Nacional de Experimentação Animal», que foi distribuído ao CDS/PP, que indicou a Deputada Isabel Galriça Neto para elaborar o respetivo Parecer.

O Presidente deu conta de que a Comissão de Saúde não dispõe de qualquer desenvolvimento sobre o veto Presidencial ao diploma sobre a gestação de substituição.

O Presidente deu ainda conta de que a última sessão plenária está agendada para o dia 20 de julho pelo ainda poderão ocorrer duas reuniões regimentais da Comissão de Saúde nos dias 6 e 13 de julho. Após o dia 20 de julho apenas reúnem as Comissões *que tenham processos legislativos, nomeadamente a aprovação de redações finais*.

#### 2. - Apreciação e votação das atas n.ºs 34 e 35, relativas aos dias 15 e 22 de junho

As atas n.ºs 34 e 35, relativas aos dias 15 e 22 de junho, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 3. - Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 228/XIII/1.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a promoção de apoio estruturado aos cuidadores informais, bem como a criação do Estatuto do Cuidador Informal; Projeto de Resolução n.º 304/XIII/1.ª (PCP) - Pelo reforço dos apoios aos cuidadores informais; Projeto de Resolução n.º 306/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a criação do Estatuto do Cuidador Informal; Projeto de Resolução n.º 308/XIII/1.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas de apoio aos Cuidadores Informais e a aprovação do seu Estatuto; Projeto de Resolução n.º 310/XIII/1.ª (BE) - Cria o Estatuto do Cuidador Informal

Foi fixada por unanimidade, com a ausência do PEV, a Redação Final de cada um dos Projetos de Resolução n.ºs 228/XIII/1.ª, 304/XIII/1.ª, 306/XIII/1.ª, 308/XIII/1.ª, 310/XIII/1.ª, com as sugestões propostas pela DAPLEN.

#### 4. - Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 138/XIII/1.ª (PCP) - Pela melhoria da qualidade do serviço prestado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo e do Projeto de Resolução n.º 253/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo o reforço do Contro Hospitalar do Médio Tejo

Tendo havido concordância por parte dos Grupos Parlamentares, foi fixada por unanimidade, com a ausência do PEV, a Redação Final, a proposta de fusão sugerida pela DAPLEN, dos Projetos de Resolução n.º 138/XIII (PCP) e 253/XIII (BE).

#### 5. - Discussão do Projeto de Resolução n.º 383/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo o reforço e investimento no Hospital Santa Luzia de Elvas



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 1.ª SL

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a próxima reunião.

6. - Discussão e votação do Requerimento do PSD, que solicita Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve e dos Diretores de Departamento do Centro Hospitalar: Dra. Ana Lopes, Carlos Godinho, David Estevens, João Ildfonso, Pedro Leão Neves e Ulisses Brito, e do Requerimento do PS, que solicita Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional do Algarve, I.P., para esclarecimentos sobre a atual situação dos cuidados de saúde na região do Algarve

O Deputado Cristóvão Norte apresentou o requerimento do PSD, começando por referir que o Centro Hospitalar do Algarve (CHA) enfrenta sérias dificuldades, as quais se têm agravado nos últimos meses e perante as cartas de médicos que referem a agudização dos problemas, faz todo o sentido realizar as audições do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve e de vários Diretores de Departamento do CHA. Disse que acompanha o requerimento do PS que solicita a audição do Presidente da ARS do Algarve.

O Deputado Luís Graça justificou a apresentação do requerimento do PS que tem por objetivo ouvir o Presidente da ARS do Algarve porque tem a visão da prestação dos cuidados de saúde primários e a visão de conjunto dos cuidados de saúde no Algarve. Lembrou que os responsáveis do CHA tomaram posse há cerca de três meses e ainda não tiveram tempo para resolver os problemas existentes, frisando que o PS aceita discutir todos as questões e depois tomar as medidas necessárias.

A Deputada Carla Cruz disse acompanhar ambos os requerimentos. Disse que as audições requeridas são oportunas para se perceber como se irá resolver o problema da saúde no Algarve e que medidas e estratégias deverão ser tomadas.

O Deputado Moisés Ferreira reconhece que o Algarve é a região do país que mais dificuldades tem a nível de saúde. Os problemas não são novos e nos últimos anos até se agudizaram, tendo diminuído o investimento e aumentado a saída de profissionais. Recordou que existe uma concorrência feroz no Algarve entre prestadores públicos e privados, a qual foi estimulada pelo anterior Governo. Disse acompanhar a pretensão dos dois requerimentos.

O Presidente colocou os dois requerimentos à votação, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

7. - Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 57/XIII/1.ª - Solicita que o dia 15 de outubro seja reconhecido como «Dia Nacional de sensibilização da perda gestacional» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a próxima reunião.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 1.ª SL

#### 8. - Outros assuntos

O Presidente informou que os Grupos de Trabalho aprovados pela Comissão, já estão formalmente constituídos, podendo reunir desde já, se assim o entenderem.

#### 11:00 - Audição do Diretor-Geral da ADSE, a requerimento do PSD e do BE, na sequência do «Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas»

O Presidente cumprimentou o Diretor-Geral da ADSE, Carlos Baptista, que veio acompanhado pelo Diretor do Gabinete de Assessoria, Arnaldo Botelho da Silva, dando conta da grelha de tempos.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro apresentou o requerimento, sublinhando que o PSD pretende esclarecer toda a situação noticiada pela comunicação social acerca de *«pagamento irregular por parte da ADSE ao Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (RAM)»*. Colocou várias questões ao Diretor-Geral da ADSE relacionadas com o pagamento de 29,8 milhões de euros ao Serviço Regional de Saúde da Madeira (SRSM), nomeadamente se o pagamento foi irregular, se a verba era proveniente das quotizações dos trabalhadores ou do OE, se as dívidas existiam e se decorrem de serviços prestados pelo SRSM aos beneficiários da ADSE e se causaram algum prejuízo e se o OE para 2016 sufragou algumas situações relativas ao encontro de contas. Recordou que o atual Ministro da Saúde, em resposta ao TC, disse que *«não se concorda que se tenha verificado a alegada apropriação identificada pelo Relatório e consequentemente as alegadas ilegalidades»*. Por último perguntou por que razão não foi efetuado um acordo idêntico com o Governo Regional dos Açores (GRA) e se considera que não existe nenhuma dívida deste Governo Regional à ADSE.

A Deputada Joana Mortágua fez a apresentação do requerimento assinalando que o BE sentiu necessidade de chamar os responsáveis identificados no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, salientando que o caso da Região Autónoma da Madeira não é único. Aludiu às conclusões do Relatório do Tribunal de Contas que referem a *«apropriação, pelo Governo da República, de €29,8 milhões dos excedentes da ADSE, em 2015, para financiar o Serviço Regional de Saúde da Madeira»*, cujos encargos deveriam ser suportados pelo Estado. Considerou não haver razão para a ADSE financiar o SNS da Madeira, questionando aquele responsável sobre as transferências da ADSE que são sustentadas em quê e por que serviços. Realçou ser *«indispensável apurar responsabilidades sobre a gestão passada da ADSE e, em particular, sobre a alegada utilização dos excedentes da ADSE para maquilhar as contas públicas»*.

O Deputado Luís Soares começou por assinalar que o PS viabilizou as audições propostas pelo PSD e pelo BE porque considera fundamental o esclarecimento da matéria. Tendo em conta as conclusões do Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção aos Trabalhadores da Funções Públicas, colocou questões ao Diretor-Geral, nomeadamente se tinha consciência da ilicitude referida e se concordou com a decisão de utilização



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 1.ª SL

das verbas excedentes da ADSE para «*maquilhar as contas públicas*», excedentes que resultaram do aumento das quotizações, e como compagina o regresso de um financiamento da ADSE que não seja exclusivo dos quotizados.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu a presença do Diretor-Geral da ADSE para que, numa perspetiva esclarecedora, preste todas as informações. Entende que o assunto do Relatório do TC merece toda a atenção, considerando que a presença do responsável da ADSE é a ocasião fundamental para tranquilizar todos. Os excedentes de exploração permitem a sustentabilidade do sistema até 2030 e gostaria de saber o que é que defende para se proceder à reestruturação da ADSE porque há opiniões contraditórias.

A Deputada Carla Cruz disse que o PCP aprovou os requerimentos para que o esclarecimento seja cabal. Perguntou se ao Diretor-Geral se foi informado dos excedentes e qual é a avaliação que faz da situação, em que situação está o pagamento das farmácias na RAM e que interpretação faz dos excedentes da ADSE, que resultam do aumento da quotização dos seus associados, serem utilizados para «*maquilhar as contas públicas*». Pede esclarecimentos sobre o Plano de Atividades da ADSE que volta a equacionar o financiamento público ainda que em moldes distintos.

O Diretor Geral da ADSE cumprimentou o Presidente e os Deputados agradecendo os comentários e as questões. Começou por fazer o enquadramento geral da legislação aplicada, salientando que há diversas interpretações da lei. Apresentou a interpretação da Direção-Geral da ADSE, que é um esclarecimento ao TC do pagamento efetuado pela ADSE à Região Autónoma da Madeira, a qual pode ser acedida no seguinte link:

<http://arnet/sites/XIIILeg/COM/9CS/DocumentosActividadeComissao/c81372fe-7b70-405c-a8bb-790d7be17369.pdf>

Em seguida respondeu às questões colocadas pelos Deputados, nomeadamente, referiu que não existe qualquer prejuízo para o Estado nem para os contribuintes do pagamento pela ADSE à RAM, tendo sublinhado que o pagamento é legal; que o Diretor-Geral da ADSE integra o GT que elaborou o memorando de 2015; que no Plano de Atividades da ADSE não está equacionado o financiamento do sistema, mas devem ser feitos estudos e analisadas alternativas, concretamente deve ser estudada a hipótese de um eventual financiamento público, porque se nada se fizer a situação da ADSE poderá ser insustentável. Lembrou que os atuais beneficiários ascendem a um milhão e 200 mil e chamou a atenção para legislação da ADSE não ter evoluído desde há 50 anos, defendendo que deve acompanhar o paradigma da sua evolução.

Assinalou que o Governo Regional dos Açores deve cerca de 55 milhões de euros à ADSE.

Na segunda ronda comentaram e colocaram questões os Deputados Sara Madruga, Cristóvão Simão Ribeiro, Luís Soares, Joana Mortágua e Carla Cruz, a que o Diretor Geral da ADSE respondeu.



## **COMISSÃO DE SAÚDE**

### **ATA NÚMERO 36/XIII/ 1.ª SL**

O Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Diretor-Geral da ADSE.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e podendo a respetiva gravação ser acedida no seguinte link:

[http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09\\_CS/CS\\_20160629\\_1.mp3](http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160629_1.mp3)

[http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09\\_CS/CS\\_20160629\\_2.mp3](http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160629_2.mp3)

Palácio de São Bento, 29 junho 2016.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Domingos Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Marisabel Moutela  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Cristóvão Norte  
João Ramos  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira  
José Luís Ferreira  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Santos